



OS USOS DO TERRITÓRIO E AS TENSÕES ENTRE O GLOBAL E O REGIONAL

Mariluz Sott Bender
Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

RESUMO: O presente trabalho apresenta alguns dos principais conceitos referentes ao contexto do Desenvolvimento Regional, visto que a confusão sobre alguns deles pode ter impacto negativo sobre os processos de desenvolvimento a serem adotados. Ademais, objetivou enfatizar as tensões entre o global e o regional no que tange aos usos do território, e discutir as marcas da globalização deixadas nas regiões, e as formas de enfrentamento adotadas ou não pelas diferentes regiões. Para isso, realizou-se pesquisa bibliográfica no sentido de enfatizar os autores que mais contribuem com essa discussão. Verificou-se que a Globalização é um processo homogeneizante, onde as empresas multinacionais e mundiais tentam se apropriar e utilizar os territórios para aumentar sua acumulação de capital. Contudo, embora muitas regiões tenham apresentado comportamento passivo perante esse processo, também há núcleos de resistência, de maior ou menor grau, que buscam impedir o domínio global sobre a sua região, fazendo uso de seu território de forma a contribuir com todos ou com a maioria dos atores que vivem nele. Ademais, enquanto o objetivo do crescimento econômico é fazer o processo de acumulação acontecer, para o desenvolvimento regional é necessário levar em conta múltiplos fatores, como econômicos, sociais, culturais, ambientais e históricos, pois somente a visão da totalidade e o debate sobre os conflitos existentes podem produzir um conhecimento real sobre o território.

Palavras-chaves: Desenvolvimento Regional; Global; Regional; Território; Desigualdades sociais.

INTRODUÇÃO

Segundo Flores (2006, p. 3), o território pode ser compreendido como espaço de articulação de estratégias de desenvolvimento, e por isso é objeto de ações das políticas públicas e de iniciativas da sociedade, como os movimentos sociais, organizações não-governamentais e entidades privadas, o que acaba causando "o confronto entre políticas



setoriais e políticas territoriais, estruturas centralizadas e descentralizadas de gestão e planejamento, ambiente institucional local e externo". O autor coloca ainda que, além da necessidade de instrumentos mais adequados para o apoio às estratégias voltadas aos territórios, também é necessário uma clarificação sobre os conceitos utilizados, visto que há incongruências nas definições de termos, o que leva a compreensões e usos distintos dos mesmos.

Nesse sentido, este trabalho objetivou, através da realização de pesquisa bibliográfica, apresentar uma discussão sobre as tensões entre o global e o regional, principalmente no que se refere aos diferentes usos do território, e trazer definições de alguns dos principais conceitos e noções relevantes para o entendimento do panorama geral do desenvolvimento regional, buscando entender a força e os impactos da globalização sobre os territórios e as tensões causadas pela resistência das regiões frente à dominação.

Dessa forma, apresentam-se um conjunto de autores que discutem e problematizam este tema, sendo que a primeira parte busca discutir conceitos relevantes, como território, região e desenvolvimento regional; enquanto que na segunda parte discute as tensões existentes entre a dominação da globalização e a resistência das regiões, o que interfere diretamente no uso que é feito do território.

Contextualização de alguns conceitos importantes para o Desenvolvimento Regional

Para iniciar uma discussão sobre global, regional e as tensões entre ambos, é fundamental contextualizar os conceitos chaves que estão sendo utilizados para evocar esta discussão. Nesse sentido, inicia-se com o conceito de território, que, inicialmente utilizado nas ciências naturais para estabelecer relações de domínio de espécies animais ou vegetais sobre uma área física; passou a ser usado pela geografia, no sentido de relacionar espaço, recursos naturais, sociedade e poder; e posteriormente foi incorporado por diversas outras disciplinas, como a sociologia, a economia e a ciência política. (FLORES, 2006).

Dessa forma, o conceito de território incorpora a apropriação do espaço, que se dá pela ação social de diferentes atores e nas relações de poder entre os atores que atuam nesse espaço. Assim, desse jogo de poder se define uma identidade, que se relaciona aos limites geográficos de um espaço determinado. Portanto, o território é o "resultado de uma



ação social que, de forma concreta e abstrata, se apropria de um espaço (tanto física como simbolicamente), por isso denominado um processo de construção social". (FLORES, 2006, p. 4). Para Santos (2006), o território é a arena da oposição entre o mercado (que singulariza); as técnicas e organização da produção; e a sociedade civil (que generaliza, envolvendo todos sem distinção), e dessa forma, é suporte de redes que transportam as verticalidades.

Já Pecqueur (2000), *apud* Flores (2006), apresenta uma diferenciação entre dois tipos de territórios, o dado e o construído. O território dado é aquele que é estabelecido por decisão político-administrativa, através de um processo de tomada de decisão topdown, onde o objetivo é estabelecer políticas de desenvolvimento da região pré-definida. Já o território construído é formado a partir do encontro dos atores sociais em um espaço geográfico dado, a fim de identificar e resolver um problema comum, possibilitando assim, o sentimento de pertencimento dos atores locais à identidade construída, pois se torna um espaço de ação coletiva e de apropriação, com laços de solidariedade entre os atores.

No contexto do território construído nasce a territorialidade, que é dependente das normas e valores sociais e culturais vigentes no território; o que faz com que sua expressão varie de sociedade para sociedade e de um período para outro. Na noção de territorialidade, a localidade e as relações sociais estão interligadas, e fortalecem o sentido de identidade e pertencimento (FLORES, 2006). Este autor coloca ainda que, a partir desse sentido de territorialidade presente nos atores sociais e das sinergias entre a sociedade e o Estado, se forma o capital social, que não é simplesmente um atributo cultural, mas que pode ser criado. Esse conceito tem grande impacto sobre o potencial de desenvolvimento do território.

Ao se referir ao processo de construção do território, Flores (2006) chama Santos (2002) à discussão, que nomeia esse processo de reterritorialização, onde há a redescoberta dos sentidos de pertencimento atribuídos ao lugar e a comunidade. Essas novas construções identitárias ocorrem no reencontro com tradições culturais, havendo interlocução entre a cultura externa e a cultura local. Embora a cultura local permaneça importante para a formação de identidade do território, os resultados dessa interlocução se diferem entre os diferentes territórios, mais ou menos resistentes, pois produzem novas relações de poder e de reagrupamento social. (FLORES, 2006).



Portanto, enquanto a sociedade se apropria de um determinado território, ela imprime suas marcas sobre ele; e quanto mais tecnologia dispor para interferir na natureza, mais ela vai moldar esse território para atender às suas necessidades. Assim, as formas que os territórios se apresentam revelam o uso que foi e vem sendo feito deste, "e este uso é determinado por interesses econômicos, sociais, políticos e culturais". Nesse sentido, entra a discussão da regionalização, que busca a descentralização político administrativa e a gestão democrático-participativa do território. Nessa discussão, são os interesses que determinam o uso do território que definem uma região, entendida como expressão da organização diferenciada do espaço, mantida e recriada pelo modo de produção capitalista. (ETGES, 2001, p. 3).

Para que exista de fato, uma região precisa ter uma construção social, com laços comuns e traços de identidade expressivos, no âmbito cultural, econômico e político (BOISIER, 1999, *apud* ETGES, 2001). Para que haja essa construção social da região, é necessário potencializar suas capacidades de auto-organização para transformar uma sociedade passiva e segmentada por interesses setoriais, em uma sociedade organizada, coesa, capaz de se mobilizar e se transformar em sujeito de seu próprio desenvolvimento. (ETGES, 2001).

Ademais, o conceito de região é corolário de espaço geográfico, entendido como o espaço construído pela sociedade capitalista, que é uma sociedade de classes e por isso é desigual, o que faz com que o espaço capitalista criado por ela também seja desigual. Essa desigualdade se expressa no acesso aos recursos básicos da vida, gera a distribuição geográfica do trabalho e da renda de forma desigual, e condiciona condições de vida desiguais. (ETGES e DEGRANDI, 2013).

Neste contexto, surge o debate sobre a sustentabilidade, que segundo Fatheuer e Arroyo (1997), *apud* Etges (2005), possui duas vertentes norteadoras. A primeira define a sustentabilidade sob a perspectiva da lógica de economia de mercado, capaz de auto limitar as taxas de acumulação. Defende o combate ao desperdício da base material do desenvolvimento, e sua instância reguladora é o mercado, pois este, através do sistema de preços e da competitividade, induz a produção de tecnologias limpas e a proteção ao meio ambiente. A sustentabilidade se reduz ao uso racional dos recursos naturais.



Já a outra vertente apontada, faz o questionamento da insustentabilidade sócio-política do atual modelo e não apenas a ecológica. Defende que a sustentabilidade não é uma categoria unicamente econômica, e que devem ser levados em conta "valores como equidade, democracia, sociobiodiversidade, diversidade cultural, justiça, ética, acentuando a visão da interrelação das várias dimensões da sustentabilidade: ambiental e ecológica, social, econômica, política e institucional". O centro da discussão são as lutas sociais, que constituem a própria possibilidade de se fazer história e também de transformá-la. Apresenta a sustentabilidade democrática que se afasta das idéias dominantes da economia e da lógica do mercado, que ocultam as contradições sociais e políticas. (FATHEUER e ARROYO, 1997, *apud* ETGES, 2005, p. 3).

Os usos do território e as tensões entre o Global e o regional

Perante o mundo contemporâneo e o advento da globalização, os temas do desenvolvimento e dos usos do território suscitam amplos debates. Nesse sentido, as seguintes questões permeiam as discussões neste trabalho: De que forma a globalização imprime suas marcas sobre os territórios? De que forma as regiões fazem resistência a isso? Quais são as tensões existentes entre ambos?

Para entender o início desse processo, reporta-se a Cargnin (2014), que relata que, embora o modelo keynesiano/fordista já desse sinais de esgotamento, foi a crise mundial, acentuada pelo choque do petróleo, em 1973, que criou as condições necessárias para o novo modelo baseado na flexibilização do capital, do mercado e dos processos de trabalho, abrindo as portas para a globalização. As modificações resultantes dessa economia globalizada difundiram-se rapidamente, juntamente com os progressos da técnica e da ciência. Santos (2006, p. 66) refere que nesse período, as fronteiras dos estados nacionais foram relativizadas, e os países sofreram alterações referentes à estrutura e ao papel do Estado. Essas mudanças objetivaram "[...] facilitar o trânsito das grandes empresas e preparar a infra-estrutura dos territórios escolhidos pelo mercado, investindo pesadamente em uma logística para o recebimento dessas empresas".

Assim, as formas tradicionais do Estado, que era propulsor de reformas sociais e se pautava no bem-estar social, foram desmontadas e substituídas por um novo Estado, caracterizado pelo controle e pela regulação. No caso do planejamento territorial, as instituições foram desmontadas com pouca ou nenhuma resistência, pois a ideia do Estado



mínimo discutia a necessidade de intervenção estatal alegando que essas empresas eram ineficientes (CARGNIN, 2014). Houve retrocesso no sentido do público e a ampliação das forças que defendiam o desmantelamento das políticas do Estado, o que gerou o aumento do papel político das empresas e o afastamento do Estado de sua função de proteger os interesses da população e sua colocação como defensor da economia dominante, permitindo que as grandes empresas se conectassem diretamente com os territórios de seu interesse, recriando as formas de fazer. (SANTOS, 2006).

Ademais, Santos (2006) defende que as épocas se distinguem pelas formas de fazer, pelas técnicas utilizadas para produzir bens, serviços, energia, formas de discurso, de interlocução, de informação e de relacionamento entre os atores. Nesse processo de progresso técnico, toda vez que uma técnica se sobrepõe a outra, ocorre a produção de novas rigidezas e disfunções, o que leva à emergência de novas invenções. Assim, uma nova técnica é criada para corrigir as disfunções da anterior. Esse novo sistema técnico, que se efetiva como um sistema integrado, representa os sistemas econômicos hegemônicos, que buscam desalojar os sistemas autônomos ou absorvê-los, com diferentes graus de dependência. (SANTOS, 2006).

Atualmente, os sistemas técnicos buscam afirmação com mais força do que os precedentes, mas a sua generalização não significa homogeneização. Contudo, o atual período que fala de flexibilização e flexibilidade como características do modelo de acumulação, incita o endurecimento organizacional, causado pelas normas de ação, que quanto mais almejam alcançar a produtividade e a competitividade, mais rígidas são. (SANTOS, 2006). O autor afirma ainda que cada sociedade se caracteriza pela convivência de diversas técnicas que coexistem, e elas têm aparecido, cada vez mais, como um elemento exógeno nos territórios, se colocando à serviço da produção em escala planetária, onde nenhum limite é levado em conta, seja ele dos Estados, dos recursos ou dos direitos humanos, e o único objetivo é a busca descomedida por lucro, em qualquer território com elementos capazes de permiti-lo.

Dessa forma, Etges (2005) refere que a globalização que vem reconfigurando os territórios tem duas faces: a da perversidade do processo que expressa os interesses dos segmentos hegemônicos na territorialização; e a da oportunidade, que se apresenta quando os atores regionais se apropriam de conhecimentos que lhes permitem superar a

passividade. Santos (1996) *apud* Etges (2005, p. 7) "afirma que a única forma de frear o caráter perverso da globalização é fortalecer as regiões".

Nesse sentido, a valorização de produtos locais, é uma importante estratégia para o desenvolvimento territorial, contudo, quando o consumo destes se transfere ao nível global, sucumbem perante o processo de globalização hegemônica, perdendo a relação com o seu território e sua identidade cultural, e passando a ser um produto mundial, vistos como commodities. Essa apropriação que as empresas globais fazem sobre o processo de valorização cultural territorial, ocorre quando não há afinidade entre os grupos de atores envolvidos e a relação entre produtores e consumidores não está ocorrendo de forma adequada. Para as empresas, essa apropriação garante o acesso aos sistemas de abastecimento regionais ou nacionais e o benefício da imagem que o consumidor tem do produto. (FLORES, 2006).

Essa apropriação, segundo Santos (2006), é baseada na combinação entre a tecnologia digital, a política neoliberal e os mercados globais. Essa tecnologia digital pode ser considerada um novo modo dominante de organização do trabalho; e por facilitar a circulação das mercadorias e regular os circuitos produtivos e os estoques, é inegavelmente, a base do poder. Essa revolução da informática e do controle recriou a mobilidade dos homens, da energia, dos usos e dos produtos no tempo e no espaço. Cada vez mais os centros de decisão controlam os outros pontos do espaço, criando uma nova percepção e uso do tempo que leva a um comportamento obediente, rigorosamente adaptado ao novo ritmo; o que afeta a ordem social, econômica e territorial.

Assim, entre os fatores que causam tensão local podem ser citados "o comércio internacional, as demandas da grande indústria, as necessidades do abastecimento metropolitano, o fornecimento de capitais, as políticas públicas ditadas nas metrópoles nacionais ou estrangeiras". (ETGES, 2001, p. 6).

Dessa forma, a mais-valia no nível global amplia e aprofunda o processo de internacionalização, gerando a mundialização da produção, do dinheiro, do consumo, da política e da cultura. Esse conjunto de mundializações, também chamado de globalização, gera a época da miniaturização e do gigantismo, onde objetos infinitamente pequenos e objetos imensamente grandes convivem e colaboram. Nesse mundo globalizado do tempo-real, a informação é transmitida instantaneamente, atribuindo maior eficácia, maior

produtividade e maior rentabilidade aos propósitos daqueles que as controlam. (SANTOS, 2006).

Contudo, os usos que se faz do território podem ter interesses locais ou globais, podem atender aos interesses dos atores da própria região ou de qualquer lugar do mundo, e é aí que se dá a relação do local/regional com o global, como a autora exemplifica com a Região do Vale do Rio Pardo, que tem sua economia baseada na produção de tabaco, mas que é controlada por grupos transnacionais do setor. (ETGES, 2001).

A nova construção do espaço e o novo funcionamento do território geram as horizontalidades, que são o domínio sobre a contiguidade e a reunião de lugares vizinhos por sua continuidade territorial; e as verticalidades, que são pontos distantes entre si, mas ligados por formas e processos sociais (SANTOS 1994, *apud* SANTOS, SOUZA e SILVEIRA, 1994). "O território se compõe de uns e de outros desses recortes, inseparavelmente. É a partir dessas novas subdivisões que devemos pensar novas categorias analíticas". (ETGES, 2001, p. 6).

Nesse mesmo território, Santos (2006) defende que há forças centrípedas e forças centrífugas atravessando o território em vários níveis e escalas, contrastando e confluindo ao mesmo tempo. Etges (2001) define as forças centrípedas como forças de agregação e fatores de convergência, que são resultantes do processo econômico e social, subordinados às regularidades do processo de produção e às irregularidades da intersubjetividade, que conduzem a um processo de horizontalização. Já as forças centrífugas a autora define como um fator de desagregação, por colocar os elementos de comando da região fora dela, e por isso gerando um processo de verticalização.

Todavia, Etges (2001) coloca que as forças centrífugas sempre agem sobre as centrípedas, pois se dão em diversas escalas, e, através dos fluxos universais, no planeta como um todo. Assim, a autora define as escalas regionais, nacionais e continentais como as escalas intermediárias entre o lugar e o mundo, o que faz com que a explicação dos acontecimentos dentro de uma área tenha de incluir as escalas superiores.

Cargnin (2014) também apresenta uma discussão sobre a influência de diversas escalas no âmbito das políticas de desenvolvimento regional, as quais define como:



1) A escala global corresponde à atuação das grandes empresas globais que negociam com territórios a instalação de novos investimentos, fazendo com que as regiões que fazem parte da sua estratégia de expansão sejam contempladas com grandes investimentos, e que o Estado seja pressionado a preparar a infra-estrutura para essa expansão. Essa ação causa efeitos positivos para as economias “escolhidas”, mas também aumenta os desequilíbrios regionais e a distância entre as regiões mais ricas e as mais pobres. Isso reflete diretamente no uso do território, pois as regiões mais pobres sofrem um esvaziamento, e as mais ricas recebem grande aglomeração populacional.

2) A escala nacional é a ação do Governo Federal, principalmente através do Ministério da Integração Nacional, na proposição de políticas de desenvolvimento regional. No caso do Brasil, a implantação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, com uma estratégia de ação organizada de acordo com as regiões-problema.

3) A escala estadual corresponde à atuação do Estado do Rio Grande do Sul no que tange à proposição de políticas e no debate com a sociedade, no sentido de buscar a redução das desigualdades regionais. No RS, a representação institucional tem ficado a cargo da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, embora a Assembleia Legislativa e os Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDEs estejam sendo protagonistas na promoção do debate da questão regional.

4) Finalmente, a escala regional, sub-regional ou local corresponde à ação dos atores sociais das regiões e à sua articulação com o Estado e a Sociedade. Nesse âmbito, destacam-se os municípios, as universidades regionais, e novamente os COREDEs, que atuam como elo entre a Sociedade e o Estado.

Mesmo com as diferentes escalas de ação, a globalização privilegia determinadas escalas territoriais, principalmente a mundial e a local, a partir da sua lógica da acumulação de capital e dos interesses dominantes dos grandes centros decisórios, sediados nos países mais ricos do mundo (ARAÚJO, 2007, *apud* CARGNIN, 2014). Por outro lado, embora os territórios estejam diretamente vinculados à economia internacional, continuam regidos pelas normas nacionais, sendo o Estado que regula o mundo financeiro. Assim, a soberania e a aceitação passiva não é algo imposto naturalmente pela globalização, pois depende da postura dos governos de cada país frente ao mundo globalizado (SANTOS, 2006, p. 66).



Nesse sentido, Cargnin (2014) aponta que há um papel de mediação entre a escala global e a escala local que não pode ser delegado, pois isso agravará as desigualdades existentes entre os territórios que possuem economias mais dinâmicas e os que não conseguiram se inserir no processo de desenvolvimento. É nessa perspectiva que surgem as políticas de desenvolvimento regional e de combate às desigualdades regionais, cuja dimensão denotará o grau de preocupação do Estado com o tema, e a responsabilização com as repercussões da concentração territorial do desenvolvimento.

Todavia, as relações entre o Estado e as regiões são contraditórias, pois enquanto as regiões ensinam a diversidade, o Estado trabalha pela uniformidade e pela generalidade; o que gera uma grande distância entre o discurso regional e a prática efetiva. O Estado busca construir uma imagem de diversidade, mas as práticas efetivadas se assentam na uniformidade, ou seja, constrói e multiplica discursos e políticas regionais e divide o território em regiões, mas somente para evitar que as reivindicações regionais ganhem força no interior do território. É uma forma de boicote, pois gera o esvaziamento da questão regional, que se torna apenas objeto de discursos. Enquanto isso, para os grupos regionais, a região significa sua territorialidade, com o sentimento de pertencimento que precede a existência do Estado. (CARGNIN, 2014).

Dessa forma, para que não haja essa apropriação homogeneizante, é fundamental que haja a "participação dos atores locais no planejamento e gestão do desenvolvimento do território, que exige uma significativa descentralização política". Ou seja, para que aconteça um processo de desenvolvimento territorial sustentável, é preciso enfrentar os conflitos, explícitos e implícitos, existentes entre os atores direta ou indiretamente afetados por ações locais. Esse processo busca a produção de solidariedade e cooperação coletiva; embora muitas vezes as relações de poder acabam estabelecendo um processo em que os interesses de alguns grupos se sobrepõem aos dos outros. (FLORES, 2006, p. 12).

Assim, a capacidade de interação entre os atores políticos, os recursos humanos, a infra-estrutura tecnológica e a inovação organizacional criam dinâmicas de poder que definem os processos de construção dos territórios e as estratégias de desenvolvimento que se implementam. Portanto, quando há imposição dos interesses de um grupo para os outros nas negociações, os processos de desenvolvimento resultantes são limitados e impedem a sua construção social sustentável, seja por meio da exclusão social, da apropriação da renda, degradação de recursos naturais, dentre outros. Geralmente, apenas uma pequena

parcela da sociedade local participa ativamente da tomada de decisões, o que enfraquece o movimento de participação e facilita a tomada de decisão de cima para baixo. (FLORES, 2006).

Para Foucault (2006), esse poder deve ser compreendido com correlações múltiplas de forças imanentes ao domínio; como um jogo que transforma, reforça ou inverte essas correlações, formando cadeias ou sistemas de interligações, ou defasagens e contradições que as isolam entre si. O poder é exercido a partir de múltiplos pontos, de forma assimétrica em relação a quem é submetido a ele e vem da base das relações intencionais e objetivas que se formam na sociedade. Portanto, onde há poder, há resistências que se impõem a ele (FOUCAULT, 2006). Ou seja, mesmo nos territórios em que os vetores da mundialização são mais operantes, o território habitado cria formas de se impor e manter um papel ativo. (SANTOS 1994, *apud* SANTOS, SOUZA e SILVEIRA, 1994).

Dessa forma, a gestão do território deve ser trans-escalar, levando em conta todos os aspectos do território, como sociais, econômicos, ecológicos, culturais e políticos, e propondo vínculos entre as instituições locais e as externas, no sentido de fortalecer os mecanismos de regulamentação flexíveis e ágeis. Ademais, a co-gestão, entre atores locais e poder público também se constitui num poderoso instrumento que fortalece a participação social e a interação das diferentes institucionalidades (FLORES, 2006, p. 15). O autor coloca ainda que esta forma de gestão pode significar o rompimento com as práticas tradicionais de políticas clientelistas, em que há o domínio do poder por alguns segmentos, o que facilitará a reconstrução das redes de poder locais e a formação de novas estratégias de cooperação.

Ademais, em contraposição a união vertical proposta pelas grandes empresas, que traz desordem às regiões onde se instalam e tende a corroer a coesão horizontal existente na sociedade civil; os lugares podem se unir horizontalmente para reconstruir as normas locais e regionais, que também podem afetar as normas nacionais e globais. Essas uniões horizontais podem se ampliar, mediante as próprias formas de produção e consumo, e são elas que permitirão encontrar um novo caminho que possibilite a construção de outra globalização. (ETGES, 2005).

Considerações finais

O Capitalismo assume características diferentes em cada território em que atua, o que se deve aos processos econômicos, sociais, culturais, históricos, ambientais e políticos particulares de cada um, e às formas mais ou menos passivas de aceitação das regras capitalistas pelos atores sociais. Dessa forma, a região vai ser identificada no contexto do território, a partir de arranjos territoriais particulares, onde influencia e é influenciada pelo todo.

Assim, enquanto o objetivo do crescimento econômico é fazer o processo de acumulação acontecer, para o desenvolvimento regional é necessário levar em conta múltiplos fatores, como econômicos, sociais, culturais, ambientais e históricos, pois somente a visão da totalidade e o debate sobre os conflitos existentes podem produzir um conhecimento real sobre o território.

Dessa forma, ressalta-se a proposta de Etges (2001, p. 10), de que o Estado precisa reafirmar seu papel, não como agente centralizador de decisões, mas como facilitador do debate e promotor da inserção das regiões no mercado global, voltando-se para dentro do seu território para conhecer e promover suas potencialidades "enquanto expressões de conteúdo histórico e cultural de gerações que, de forma multicultural e interétnica, construíram um território único, e por isso, extremamente valioso".

Ademais, o desenvolvimento regional deve ser estratégico e levar em conta uma abordagem interdisciplinar, pois diferentes atores contribuirão com visões e de formas diferentes. Portanto, é fundamental ter a clarificação dos conceitos com os quais se está trabalhando e que nortearão as ações no sentido do desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

CARGNIN, A. P. **Políticas de Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul: Vestígios, Marcas e Repercussões Territoriais**. Brasília/DF: Ministério da Integração Nacional, 2014.

ETGES, V. E. **A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo**. In: VOGT, O.; SILVEIRA, R. Vale do Rio Pardo: (re) conhecendo a região. Santa Cruz do Sul: Edunisc. 2001.



ETGES, V. E. **Desenvolvimento Regional Sustentável: o território como paradigma.** Santa Cruz do Sul: REDES, vol. 10, 2005.

ETGES, V. E.; DEGRANDI, José. **Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade.** In: Revista brasileira de desenvolvimento regional. Blumenau, v. 1, n.1, p. 85-94, abril 2013.

FLORES, M. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento – uma visão do estado da arte.** Santiago, Chile: RIMISP, março 2006. Disponível em: <http://indicadores.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4069FLORES_M_Identidade_Territorial_como_Base_as_Estrategias_Desenvolvimento.pdf>. Acesso em março 2015.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade – Volume 1: A vontade de Saber.** Rio de Janeiro, Graal, 17ª ed., 2006.

SANTOS, M. **A natureza do espaço – técnica e tempo, razão e emoção.** 4ª Ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Orgs). **Território: Globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 1994.